



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 406, Classe 30

**ACÓRDÃO Nº 5. 368**  
**(01.09.2008)**

**RECURSO ELEITORAL Nº 406, CLASSE 30 - ANO 2008.**

**RECORRENTE:** JUAREZ ALVES DOS SANTOS, candidato ao cargo de vereador do Município de São Brás/AL.

**ADVOGADO:** Bruno Augusto Prata Lima.

**RELATOR:** Juiz Francisco Malaquias de Almeida Junior.

**Ementa.**

**RECURSO INOMINADO. ELEIÇÕES 2008. RRC. VEREADOR. REGISTRO. CANDIDATURA. INDEFERIMENTO. ESCOLARIDADE. CERTIFICADO. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO. DOCUMENTOS INAPTOS. TESTE DE ALFABETIZAÇÃO. AVALIAÇÃO. RESULTADO INSATISFATÓRIO. INELEGIBILIDADE DO ART. 14, § 4º, DA CF/88, CARACTERIZADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. É imprescindível, para afastar a inelegibilidade prevista no art. 14, § 4º, da CF/88, que o requerente apresente comprovante idôneo de escolaridade expedido por escola devidamente reconhecida pelo órgão público competente, ou junte declaração de próprio punho lavrada na presença de servidor da Justiça Eleitoral ou da autoridade judicial.

2. Não havendo o pré-candidato apresentado nenhum documento hábil a demonstrar o grau de escolaridade, pode o magistrado, se entender necessário para a formação de seu convencimento, determinar que o requerente submeta-se ao teste de alfabetização disciplinado por meio da Resolução TRE/AL nº 14.700.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer o presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Juiz Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, ao 1º dia do mês de setembro do ano de 2008.

  
**DES. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA - Presidente**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 406, Classe 30

---

  
**FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR** - Relator

  
**NIEDJA G. DE A. ROCHA KASPARY** - Procuradora Regional Eleitoral



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
**Recurso Eleitoral nº 406, Classe 30**

---

**RELATÓRIO**

Cuidam os presentes autos de Recurso Eleitoral Inominado interposto por Juarez Alves dos Santos, objetivando a reforma da decisão do Exmo. Juiz Eleitoral da 34ª Zona Eleitoral, com sede em São Brás, que indeferiu o requerimento de registro de candidatura ao cargo de vereador do recorrente, em virtude do mesmo não preencher o requisito quanto à escolaridade.

O recorrente alega que não há ausência de comprovação de escolaridade, visto que teria juntado documento idôneo. Salienta que não há elementos que indiquem a falsidade do comprovante de escolaridade, bem como não houve impugnação ao recorrente.

Sustenta, ainda, que já ocupou o cargo de vereador em outra legislatura.

Desse modo, requer o provimento do recurso, para que seja deferido o registro de candidatura.

Mantida a decisão, o MM. Juiz Eleitoral determinou a remessa dos autos a esta Corte.

A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

Determinei a juntada do teste de escolaridade.

É o relatório.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 406, Classe 30

---

**VOTO**

Inicialmente, reconheço a tempestividade do recurso, haja vista que interposto dentro do prazo de 03 (três) dias, de acordo com os arts. 8º, *caput*, da LC nº 64/90, e 51, *caput*, da Resolução TSE nº 22.717/2008.

**MÉRITO.**

A Carta Constitucional de 1988, a exemplo das Constituições anteriores, manteve a inelegibilidade do analfabeto, nos termos de seu § 4º, do artigo 14. Por sua vez a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, em seu art. 1º, Inciso I, alínea “a”, repete o comando Constitucional.

A Resolução TSE nº 22.717/2008 aponta a documentação necessária para que o candidato apresente a condição de elegibilidade e a contraprova admitida a elidir este elemento de inelegibilidade (analfabetismo), podendo ser o comprovante de escolaridade, nos termos do art. 29, inciso IV, da citada Resolução do TSE. Ainda com base na mesma norma, a ausência de tal comprovante pode ser suprida mediante declaração de próprio punho do candidato.

Vale salientar, ademais, que toda e qualquer aferição suplementar da condição de alfabetizado, caso esta não seja previamente comprovada pelo candidato, só passa pelo elemento volitivo do magistrado se não preenchido o inciso IV do art. 29 da Resolução TSE nº 22.717/08, conforme bem inspira a Resolução TRE/AL nº 14.700.

No exercício da cognição que se faz no processo de pedido de registro de candidatura, compete ao Juiz Eleitoral formar “sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento” (art. 7º, parágrafo único, LC nº 64/90).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 406, Classe 30

---

Analisando os documentos dos autos, vê-se que a declaração de próprio punho é insuficiente a demonstrar que o recorrente escapa da condição de analfabeto, bem como o comprovante de escolaridade juntado não é documento idôneo para fazer prova da alfabetização.

É imprescindível, para afastar a inelegibilidade prevista no art. 14, § 4º, da CF/88, que o requerente apresente comprovante idôneo de escolaridade expedido por escola devidamente reconhecida pelo órgão público competente, ou junte declaração de próprio punho lavrada na presença de servidor da Justiça Eleitoral ou da autoridade judicial, onde se possa entender razoavelmente o que foi escrito, provando o candidato um mínimo domínio da escrita, o que não é o caso dos autos.

Assim, considerando os documentos apresentados, mostrou-se razoável a decisão do ilustre Juiz Eleitoral em aferir a comprovação da alfabetização por submissão ao teste de escolaridade, cujo resultado o recorrente obteve apenas 20% de aproveitamento (fl. 19).

Apreciando o teor do exame, constata-se que não há como prosperar o apelo do recorrente, visto que ele não demonstrou o mínimo domínio da escrita e de uma razoável compreensão do texto.

Quanto ao fato de o recorrente já ter concorrido em eleições passadas, isto também não comprova, por si só, que houve o atendimento das condições estabelecidas na legislação para o deferimento do pedido, uma vez que cada eleição é única, devendo o interessado ter as condições de elegibilidade aferidas ao tempo da eleição. Assim, deve o requerente cumprir os requisitos impostos pela legislação no momento do pedido de registro de candidatura.

Desse modo, não tendo o candidato obtido êxito em demonstrar que se afasta da condição de analfabeto, é de se reconhecer não preenchido o requisito quanto à escolaridade.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 406, Classe 30

---

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer o presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a decisão do magistrado de primeiro grau.

É como voto.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Francisco Malaquias de Almeida Junior', written over the printed name.

**FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
Recurso Eleitoral nº 406, Classe 30

**EXTRATO DA ATA**  
**(79ª Sessão Ordinária de 2008)**

Recurso Eleitoral n.º 406, Classe 30.

Recorrente: Juarez Alves dos Santos.

Advogado: Bruno Augusto Prata Lima.

Decisão: À unanimidade de votos, conheceu-se do recurso e, no mérito, negou-lhe provimento (Acórdão nº 5366, de 01.09.2008).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO, Drs. ANDRÉ LUÍS MAIA TOBIAS GRANJA, ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, ELOÍNA MARIA BRAZ DOS SANTOS e FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR (Relator), bem como a eminente Procuradora Regional Eleitoral, Dra. NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY.

SESSÃO DE 01.09.2008

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 5366, de 01/09/2008, foi conferido e publicado na 79ª sessão, realizada na mesma data. Eu, M. Almeida, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 01/09/2008, que vai assinada pela Coordenadora de Sessões.

  
\_\_\_\_\_  
Coordenadora de Sessões